

Entre a Lei e o Dogma: posições-sujeito do Papa Francisco sobre a homossexualidade

Daniel Santos OLIVEIRA¹

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira CAVALCANTE²

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil;
oliveira.dan@outlook.com | <https://orcid.org/0000-0003-4414-6389>

² Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, Alagoas, Brasil;
mdosaoc@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9612-9735>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3733>

Resumo: Este estudo investiga as condições de produção, dando ênfase aos modos de funcionamento da ideologia, de afirmações do Papa Francisco, datadas de janeiro de 2023, que tocam na questão da homossexualidade. O dispositivo teórico foi constituído por obras e autores marxistas empenhados nos estudos do/sobre o discurso: Costa (2009), Florêncio (2009), Magalhães e Moraes (2017), Magalhães e Sobrinho (2013), Pêcheux (2014) e Zandwais (2016). O dispositivo analítico procura responder as seguintes perguntas: como o sentido da homossexualidade está sendo reproduzido no/pelo discurso do Papa Francisco? Como o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade? O *corpus* foi elaborado a partir de *prints* extraídos do Portal de Notícias G1. As interpretações nos deram a ver que as declarações papais selecionadas e a base do discurso religioso católico apresentam pontos de deslizamento que realçam posições-sujeito contraditórias.

Palavras-chave: Ideologia religiosa cristã. Papa Francisco. Homossexualidade. Posições-sujeito.

Between the Law and the Dogma: Pope Francis' subject-positions about the homosexuality

Abstract: This study investigates the conditions of production, emphasizing the ways in which the ideology works, of statements by Pope Francis, dated from January 2023, which touch on the issue of homosexuality. The theoretical device was constituted by marxist works and authors committed to studies of/about discourse: Costa (2009), Florêncio (2009), Magalhães and Moraes (2017), Magalhães and Sobrinho (2013), Pêcheux (2014) and Zandwais (2016). The analytical device seeks to answer the following questions: how is the meaning of homosexuality being reproduced in/through Pope Francis' speech? How does Pope Francis discuss the homosexual subject and homosexuality? The *corpus* was created using *screenshots* extracted from the G1 News Portal. The interpretations showed us that the selected papal statements and the basis of Catholic religious discourse present points of slippage that highlight contradictory subject-positions.

Keywords: Christian religious ideology. Pope Francis. Homosexuality. Subject-positions.

| Introdução

Para guiarmos o leitor por meio dessas nossas primeiras palavras, destacamos o interesse desta pesquisa em desenvolver reflexões no campo do materialismo histórico que, mobilizando algumas questões que tocam na (complexa) relação linguagem/mundo, investiguem as posições assumidas pelo Papa Francisco no discurso sobre a homossexualidade, atribuindo (especial) ênfase aos modos de funcionamento da ideologia. Prenunciamos que as análises elaboradas estão amparadas por leituras marxistas e compreendem que “o gesto de interpretação, fora da história, não é formulação (é fórmula), não é re-significação (é rearranjo). [...] A interpretação é o vestígio do possível” (Orlandi, 1996, p. 17).

Assim, nossa escrita visa recuperar as condições de produção de algumas declarações do Papa Francisco, durante seu pontificado (janeiro de 2023), que tratam da questão da/sobre a homossexualidade. Considerando o objetivo de analisar tais discursos com ênfase nos modos de funcionamento da ideologia, temos duas perguntas orientadoras: 1 - como o sentido da homossexualidade está sendo (re)produzido no/pelo discurso do Papa Francisco? 2 - como o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade?

Filiados à perspectiva de estudos discursivos de base marxista, tendo como embasamento teórico, especialmente, a articulação entre Pêcheux, Orlandi e Lukács, buscamos as obras de Magalhães e Sobrinho (2013) e Pêcheux (2014), para compreendermos a noção de discurso. Para tratar das noções de sujeito e condições de produção, nos alicerçamos em Florêncio *et al.* (2009), Magalhães e Moraes (2017) e Zandwais (2016). No que se refere aos pressupostos *luckácsianos*, especificamente a noção de ideologia e os modos de (re)produção dos sentidos na/pela sociedade, fundamentamo-nos em Costa (2006) e Vaisman (2010).

| Contribuições de alguns teóricos marxistas para os estudos da/sobre a linguagem: discurso, língua e sujeito

Para investigar o funcionamento das materialidades discursivas produzidas pelo Papa Francisco, trilharemos um caminho que considera a “complexa relação contraditória entre Sujeito, Língua e História” (Sobrinho, 2015, p. 38). Logo, atentos às leituras materialistas (marxistas), iniciamos a exploração a respeito da singularidade que constitui a noção de/sobre o discurso, observando que este “não é uma construção independente das relações sociais” (Magalhães; Sobrinho, 2013, p. 107).

O discurso, enquanto objeto teórico da Análise de Discurso (AD), não pode ser concebido como “uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, como ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2014, p. 81, grifo do autor).

Os referidos pontos A e B, no que propõe o autor, precisam ser entendidos como sujeitos que estão, concomitantemente, participando dos processos discursivos e representando posições que devem ser ocupadas no/pelo funcionamento dos discursos. Na investigação aqui pretendida, partimos do entendimento de que o sujeito “discursivo é pensado como uma ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz” (Orlandi, 2020, p. 47, grifo da autora)³.

Para entendermos essa noção de posição-sujeito, propomos a seguinte sequência. Primeiro, em nível de constituição da (sua) subjetividade, é necessário observar que “ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (Orlandi, 2020, p. 46); segundo, os processos discursivos são diretamente afetados pelos modos com que os sujeitos (constituídos na/pela língua e história) ocupam e fazem funcionar essas posições reveladas no/pelo discurso, sob um movimento (um jogo) que é permanente, intercambiável e, principalmente, político-ideologicamente determinado.

É importante sinalizar que, como Magalhães e Sobrinho (2013, p. 107), também⁴ entendemos o discurso como “uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação e do como cada indivíduo processa, no aparelho psíquico, essas determinações”. De acordo com os autores, percebemos que interpretações marxistas (no campo linguístico) mobilizam, simultaneamente, fatores referentes à história e aos sujeitos, como dito, em relação às posições que são ocupadas no/pelo discurso, almejando, através de análises que gerem um batimento entre teoria e objeto, ultrapassar a superficialidade (efeito de evidência e totalidade) dos sentidos.

3 Voltaremos à noção a respeito do sujeito mais adiante.

4 Julgamos significativo salientar que, dada a filiação discursiva marxista/materialista da presente pesquisa, utilizamos os pressupostos *pecheutianos* como noções-fonte das investigações por nós pretendidas. Porém, no/pelo interesse de inserirmos outras produções teóricas na construção da consistência analítico-metodológica deste estudo, também tomamos algumas contribuições de outros(as) pesquisadores(as) imbricados no estudo materialista do/sobre o discurso.

Utilizar o discurso como espaço de observação do funcionamento das relações sociais (dentre outras questões, como veremos a seguir), a partir do materialismo histórico, nos coloca diante da impreterível compreensão de que os gestos analíticos precisam surgir de uma “prática teórica e metodológica de descrição- interpretação. Esta, a partir da relação sujeito-objeto, como sempre uma relação determinada historicamente, implica, de modo incontornável, o fazer ciência e o fazer política” (Sobrinho, 2015, p. 38). Enquanto analistas, interessados, ancorados na teoria e acionando criticamente a história, explicar aspectos da/sobre a realidade, a partir da própria realidade, indo além do aparente efeito de completude do fenômeno discursivo que está sendo estudado: um posicionamento do Papa Francisco que toca na questão da homossexualidade.

Na trilha do materialismo histórico, tanto o processo de produção de sentidos, como seus modos de (re)produção na/pela sociedade, ocorrem no/pelo funcionamento dos discursos; ou seja, “se produzem nas práticas de sujeitos, como decorrência de seus envolvimento sociais, históricos e ideológicos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86). Segundo os referidos autores, existe aí uma relação que é complexa e mútua: os sujeitos se constituem, como vimos, na/pela história, à medida em que “produzem” (fazem) essa mesma história no decorrer das suas práticas e lutas sociais.

Essa reflexão nos direciona à seguinte pergunta: como podemos analisar, discursivamente, as posições assumidas pelo Papa Francisco quando se refere à homossexualidade? A (possível) resposta a essa questão será diferente, a depender do método utilizado para o desvelamento da realidade que terá como mediação o método de investigação, pois “o método de uma pesquisa não surge a partir do sujeito que conhece. [...] Sua determinação é dada pela ancoragem ao campo metodológico ao qual se vincula o investigador” (Florêncio *et al.*, 2009, p. 43).

Isso porque qualquer analista que se proponha a analisar o discurso como prática social, só atingirá seu objetivo, mediante a adoção dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso filiada ao materialismo histórico/dialético. Essa perspectiva considera o real da história em articulação com o real da língua, constituindo uma atividade tão complexa que, para produzirmos um “conhecimento objetivo e crítico sobre qualquer discurso, faz-se necessário direcionar o olhar aos embates, agitações, conflitos históricos e ideológicos das classes sociais na atualidade” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86).

A partir dessa ótica, observar a existência de um real da língua e retomando a noção *pecheutiana* do/sobre o discurso (anteriormente apresentada), somos

levados à compreensão de que “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido” (Pêcheux, 2014, p. 171, grifo do autor). A materialidade, então, conforme o referido autor, apresenta-se pela (e funciona na) língua por meio de uma complexa articulação que envolve efeitos da inscrição da história, da ideologia e do modo como os sujeitos submissos aos códigos linguísticos os praticam em suas ocorrências reais de uso.

Logo, estamos dizendo que “é insuficiente conceber a língua como a base de um léxico e de sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos” (Pêcheux, 2014, p. 171), pois, sendo opaca, inacabada e passiva de equívoco, a língua se manifesta materializando o pulsar dos sentidos que advêm de toda a história da humanidade. Se explorarmos os complexos (e contraditórios) efeitos das articulações entre a base linguística (corpo material) e as relações sociais (o real da história), constatamos que “é pela inscrição da língua na história que o sentido acontece, como relação do sujeito, perpassado pela língua e pela história” (Florêncio, 2007, p. 38).

Então, os estudos interessados pelos modos de funcionamento dos discursos, sob a perspectiva materialista, precisam investigar, no *corpus* selecionado, os efeitos das diferentes (e historicamente determinadas) manifestações tanto do ser social (em seus aspectos subjetivos) quanto desse mesmo ser imerso em uma coletividade (o ser social no mundo). Isso porque “é a consciência real, prática, que existe para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo; [...] a linguagem aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com outros homens” (Marx; Engels, 1998, p. 24).

Essa discussão a respeito da consciência é muito relevante para que consigamos melhor observar como os homens são capazes de (re)produzir sentidos através da linguagem, considerando aspectos históricos que revelam profundos efeitos e determinações ideológicas do/sobre o ser social. Nesse sentido, se recorrermos a partes da obra de Marx, podemos constatar que “não há atividade humana sem consciência, sem subjetividade. Não há ato humano sem consciência [...] o homem não é meramente um ser racional ou um ser dotado de alma ou um ser a quem se atribui algum princípio, mas o homem é atividade” (Chasin, 1999, p. 109-110).

Por exemplo, defender que “ser homossexual não é crime” parece surgir da consciência de que nas específicas condições de produção (histórico-ideologicamente afetadas) em que esse sujeito (o Papa) está incluído, a homossexualidade foi/está sendo fortemente discursivizada como negativa:

um pecado e/ou um crime. Desse modo, nossa prática analítica, diante de tal sequência discursiva, precisa interrogar tanto o funcionamento dessa posição (social/ideológica) papal de não-criminalização da homossexualidade, como os sentidos com os quais se identifica, se filia e (re)produz no/pelo (seu) discurso.

Assim, levantamos a hipótese de que “ser homossexual não é crime” se mostra como um modo possível – uma escolha (uma tomada de posição) que partiu da consciência – desse sujeito a fim de intervir/contribuir com a (sua) realidade que é configurada pela doutrina (memória institucional) da Igreja Católica. Estamos interpretando dessa maneira tais tomadas de posição desse sujeito por notarmos indícios de uma relativa consciência sobre os processos discursivos que podem ser mobilizados nas/pelas suas declarações, que têm configurado o modo peculiar com o qual está conduzindo seu pontificado, por exemplo, quando aborda, sem condenar, sujeitos envolvidos em algumas das questões delicadas para a Igreja, como é o caso da homossexualidade.

Dentro dessa reflexão, podemos entender que, a partir do materialismo histórico e dialético, chega-se ao real da história e ao real do objeto sobre o qual estamos debruçados: o objeto da AD, que é o discurso (Magalhães, 2020). Para tanto, é necessário irmos além da superfície da materialidade linguística e buscarmos as condições sócio-políticas-ideológicas que possibilitaram a irrupção desse discurso, ou seja, as condições de produção do discurso que compreendem, nessas circunstâncias, os sujeitos em suas relações sociais.

Temos, com base na AD, categorias teóricas imprescindíveis na análise de qualquer materialidade discursiva: 1 – as condições de produção (dos discursos); 2 – as posições-sujeito (que ocorrem no/pelo discurso); 3 – as formações ideológicas; 4 – as formações discursivas; e 5 – a memória discursiva. Neste trabalho, priorizamos as duas primeiras categorias e passaremos, a partir deste ponto, a estudar as mencionadas condições de produção dos discursos entendendo-as, inicialmente, como “as determinações que caracterizam um processo discursivo” (Pêcheux, 2014, p. 182).

Em nossos gestos analíticos, concebemos a categoria condições de produção em seus dois sentidos: amplo e estrito. “O primeiro expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica; o segundo diz respeito às condições imediatas que engendram sua formulação” (Florêncio *et al*, 2009, p. 67)⁵. Considerando o foco do nosso interesse, que é analisar o funcionamento do discurso do Papa Francisco, ao abordar a questão da homossexualidade,

⁵ Aprofundaremos essa questão na análise do *corpus*.

buscaremos as condições de produção que possibilitaram esse posicionamento e, entendendo que tais condições compreendem o sujeito em suas relações sociais, será necessário também considerar as posições (sociais, ideológicas) assumidas/atribuídas aos sujeitos e os modos como esses sujeitos se posicionam no/pelo discurso.

Isso porque, já entendemos que a posição-sujeito é dinâmica e constituída pela identificação do sujeito com uma formação ideológica, definida por Haroche *et al.* (1971, p. 1022) como “um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais, nem universais, mas dizem respeito às posições de classe”. São, pois, representadas nas/pelas práticas sociais concretas no interior das classes em conflito, possibilitando a produção de discursos que põem à mostra (algumas das) posições assumidas por sujeitos marcados pelas relações sociais, determinadas pelas relações de classe do seu tempo. Nessa perspectiva, não há discurso sem sujeito, nem sujeito e discurso sem ideologia.

Já o sentido estrito das condições de produção diz respeito ao contexto imediato que engendra a formulação do discurso e nos leva a interrogar aspectos do aqui-e-agora do “ser homossexual não é crime”. O que motivou tal afirmação? Quais sujeitos estavam ali envolvidos? Quais as circunstâncias temporais (momento e local) que possibilitaram o surgimento desse discurso?

Por essa via de teorização, relembramos ao leitor que defendemos um sujeito constituído nas/pelas práticas sociais concretas e desejamos analisá-lo, discursivamente, acionando a criticidade e a metodologia que nos são oferecidas pelo materialismo histórico/dialético que criam condições de trabalharmos com a noção de um sujeito que é constituído “por uma objetividade que introduz as marcas das relações sociais, através da ideologia” (Magalhães; Moraes, 2017, p. 131-132).

| Ideologia e sentido em uma perspectiva ontológica marxiana

Julgamos necessário esclarecer que nossa prática analítica se faz na/pela “articulação da AD com a perspectiva ontológica marxiana, retomando Marx e seguindo os passos de Lukács para intervir com questões fundantes no que diz respeito à produção do discurso e ao movimento/desdobramento dos efeitos de sentidos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 85). Assim, nos empenharemos em estudar o fenômeno da ideologia sob o fundamento ontológico-prático e isso significa, conforme Vaisman (2010, p. 51), “analisar este fenômeno

essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens”.

Tal embasamento encontra respaldo em Lukács (2013, p. 465) que afirma: “[...] a ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir [...]. Tem sua origem imediata no *ic. et. nunc.* social dos homens que agem socialmente em sociedade”. Essa afirmação nos leva ao entendimento de que o homem (ser social) é um ser prático que reage às demandas postas pela realidade objetiva; um ser que dá respostas a necessidades determinadas; um ser dotado de consciência e ativo diante de sua realidade. O único ser “capaz de pré-estabelecer um fim para seus atos e antever algumas consequências destes” (Cavalcante; Machado, 2017, p. 41).

Essa capacidade de antecipar (imaginando) alguns efeitos e/ou consequências que têm grandes chances de acontecer é denominada, na perspectiva de Lukács, de prévia-ideação, acrescentando que “a produção e a reprodução da existência dos homens em sociedade é um processo que se dá a partir de posições teleológicas, que são uma especificidade do ser social” (Lukács, 1978, p. 465). A teleologia, nesse caso, é concebida como uma prática elaborada previamente no/pelo pensamento ocorrendo, por exemplo, quando o homem seleciona um determinado objeto na natureza e o submete, por meio de ferramentas, a transformações que vão agregar a esse mesmo objeto, valor de uso ou de troca.

Ou seja, “as posições teleológicas, de um modo geral, expressam o modo particular da reprodução do ser social em relação aos complexos da natureza” (Costa, 2006, p. 3). A referida autora nos explica (baseada na teoria *lukásiana*) que essa teleologia pode ser exercida em dois aspectos: a primária – quando o homem estabelece fins (se planeja), tendo em vista o atendimento de suas vitais necessidades (comer, se abrigar, por exemplo). Em suma, a teleologia primária refere-se ao trabalho e às ações que o ser social desenvolve para se manter vivo.

Já a secundária orienta as ações dos homens entre si, “induzindo-os a assumirem posições (de mando; de subordinação; de resistência), frente a situações postas por uma formação social” (Cavalcante; Machado, 2017, p. 41). É dessas posições nas quais se realiza “a prévia-ideação da prática social dos homens”, no sentido de influenciar outros homens a assumirem posições, que surge a ideologia. Desse modo, na teoria *lukácsiana*, o homem é “um ser ativo, capaz de agir sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e também de

agir sobre os outros homens no sentido de conduzi-los a atingir determinada finalidade” (Costa, 2006, p. 3).

Com relação à produção de sentidos, encontramos em Lukács (1997, p. 64) a seguinte assertiva: “[...] o sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza é uma categoria que não existe de modo algum, portanto, nem mesmo como sua negação”. Assim como a ideologia, o sentido também possui sua gênese nos modos de funcionamento das relações sociais e, do ponto de vista discursivo, carrega aspectos históricos diretamente conectados com a realidade, ou seja, com as condições de produção em sentido amplo e estrito.

O sentido materializado no/pelo discurso se constitui nas/pelas “relações entre os sujeitos em suas práticas sociais. Portanto, na natureza ele não existe, já que é apenas nas relações entre os seres sociais que se configura e se complexifica o processo dinâmico e contraditório da produção de sentidos” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 91). De acordo com os autores, consideramos que dos aspectos histórico-ideológicos advêm os fatores que constituem o homem (em ser social), o sentido e o discurso.

Ainda conforme os referidos autores (*idem, ibidem*), todo discurso está, impreterivelmente, “entrelaçado na complexa processualidade histórica; sem ela, a produção de sentido seria estável e fechada, ou mesmo não existiria”. Nas análises subsequentes, investigaremos o modo como o Papa Francisco se vale dos meios que lhe são possíveis para intervir, tanto no funcionamento institucional católico do qual é líder, como na emergência das lutas de classes que estão presentificadas nas relações do seu tempo.

Direcionaremos nossa escrita, então, para a observação do funcionamento do processo discursivo mobilizado no/pelo posicionamento do Papa Francisco que selecionamos, atendo-nos, especificamente, a seus modos de discursivizar a homossexualidade, para que assim possamos ter como ponto de partida a exploração das condições de produção desse nosso espaço de observação da teoria: o *corpus* discursivo.

| Procedimento de seleção do *corpus* e análise

Reconhecendo que “o discurso é um modo de se pôr formas específicas de ideologia, uma vez que toda prática social implica o desenvolvimento de um conjunto de ideias, valores, crenças e representações acerca de nossa existência histórica” (Sobrinho; Cavalcante, 2012, p. 86), buscaremos, a partir

desta subseção, fixar nosso foco nas análises das posições-sujeito assumidas pelo Papa Francisco que tocam na questão da homossexualidade, para que possamos compreender “as condições de produção e o processo discursivo que ali são postos em funcionamento” (Massmann, 2021, p. 347).

Para estudarmos as particularidades do aqui-e-agora do dizer (condições de produção em sentido *amplo* e *estrito*) que impulsionaram a declaração papal “homossexualidade não é crime”, optamos, guiados por uma sequência disposta em calendário, por acionar aspectos geográficos e políticos que nos ajudarão a analisar o que está para além da superficialidade do título dessa notícia. Isso posto, convém salientar que nosso *corpus* é constituído por *prints* retirados do portal brasileiro de notícia – G1 – que publicizou uma entrevista concedida pelo Santo Padre no interior do Vaticano, à agência *Associated Press*, em 24 de janeiro de 2023. O referido portal (G1) publicou a entrevista no dia seguinte: 25 de janeiro de 2023.

É muito importante considerar que esse enunciado, “homossexualidade não é crime”, constituinte do *corpus* deste estudo, corresponde a um recorte, um destacamento forte, feito por um portal noticioso brasileiro que é bastante implicado nas questões identitárias nacionais. Esse destacamento, que podemos considerar como um gesto de edição, se deu a partir de um outro destacamento anterior, realizado pela agência italiana de notícias, *Associated Press*, efetivamente autora da entrevista, que estabeleceu (antes do G1) gestos editoriais de ênfase, apagamentos e/ou sínteses.

Nesse caso, as nossas análises, quando ancoradas na teoria *pecheutiana*, a respeito do funcionamento do discurso jornalístico, demandam que consideremos os efeitos dessa seleção, filtragens e todas as estratégias (tipo) gráficas relativas aos modos de circulação de uma entrevista. Então, se falamos em posições-sujeito do Papa, levantamos a (inicial) hipótese de que a condição de Papa está sendo confrontada pelos modos de acesso jornalístico à base institucional católica, configurando, dada a discursivização da *Associated Press* e do G1, uma posição (uma declaração) pública e “indeszafível”.

Refletimos aí que a noção de posição, nesse modo como estamos trabalhando, não se define sem as linhas desenhadas nos/pelos imaginários constitutivos, constituídos e institucionalmente firmados no que se refere à atribuição de um Papa nesse momento histórico. Nossa coleta do *corpus* se deu, portanto, a partir de recortes de terceiros (do G1) sobre o evento entrevista, já reproduzido sob cortes (da *Associated Press*). Ou seja, estamos utilizando como espaço de observação da teoria uma filtragem (resultante dos gestos editoriais brasileiros).

Papa Francisco: 'Homossexualidade não é crime'

Para o pontífice, as leis que descriminam as relações entre pessoas do mesmo gênero são injustas.

AP Por Associated Press
25/01/2023 08h43 · Atualizado há um mês



O **Papa Francisco** criticou as leis que criminalizam a homossexualidade como “injustas”, dizendo que Deus ama todos os seus filhos assim como eles são e pediu aos bispos católicos que apoiam as leis contrárias a isso que recebam pessoas LGBTQ na igreja.

Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Nosso percurso visa realçar que os “[...] objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstrar, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de sentidos)” (Orlandi, 2020, p. 61). Logo, como vimos nas seções anteriores, nos procedimentos de constituição dos sujeitos e dos sentidos, tanto a história quanto a ideologia aparecem como fundamentos imprescindíveis para que, dadas as condições de produção, os discursos consigam funcionar, (re)produzindo efeitos de sentido.

Na perspectiva das condições amplas que possibilitaram a descriminalização da homossexualidade, há que se considerar a luta/resistência do movimento LGBTQ+ que, desde a segunda década do século XX, vem lutando e ganhando força pelo reconhecimento, inclusão e respeito das pessoas homoafetivas, buscando obter também aquilo que (desde) sempre é destinado a pessoas heteroafetivas. Como consequência dessa luta incansável, o referido movimento tem conseguido alguns avanços, no processo de desconstrução de sentidos sedimentados na/pela sociedade patriarcal e binária, que produzem um imaginário do homossexual como pervertido, imoral, que precisa ser excluído porque não se encaixa na designação binária: masculino x feminino.

Dentre algumas das conquistas obtidas pelo referido movimento, podemos citar: a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo; o direito de adoção de crianças; a criminalização da homofobia. Na Constituição Brasileira,

por exemplo, a homofobia é crime inafiançável. Entretanto, há, segundo relatório da ONU, 67 países que ainda criminalizam as relações homoafetivas e, dentre esses, 13 adotam a pena de morte para as pessoas do mesmo sexo que mantenham relações amorosas.

Já que estamos analisando uma declaração papal, convém entender que “formado oficialmente pelas diretrizes do Tratado de Latrão, o Vaticano [onde residem oficialmente os Papas católicos] é um minúsculo Estado encravado na cidade de Roma/Itália, possuindo 44 hectares e uma população estimada de 1.000 (mil) pessoas” (Andrade, 2018, p. 55). Contudo, mesmo nessa condição de Cidade-Estado de pequeno porte, o referido autor nos indica que “possui as mesmas diretrizes e reconhecimento que os demais países, sendo signatário das Nações Unidas desde o ano de 1964, como Estado Observador e da Comunidade Europeia, através da Itália (país do qual é um enclave), desde 1957” (*idem, ibidem*).

Entendida essa circum-adjacência italiana, julgamos relevante trazer aqui a informação de que “as eleições parlamentares de 25 de Setembro de 2022 deram a maioria à coligação de extrema-direita italiana, liderada pelo partido político Irmãos da Itália⁶, chefiado pela primeira-ministra [...] Giorgia Meloni⁷” (Mata, 2022, p. 213). Retomando alguns aspectos histórico-biográficos da mencionada política, encontramos que Giorgia Meloni “aderiu, na sua tenra juventude, ao partido neo-fascista MSI (Movimento Social Italiano). Mais tarde, tornou-se líder do grupo de extrema-direita Aliança Nacional [...]. É contra o casamento homossexual e a adoção de crianças por casais *gays*” (*idem, ibidem*).

A seguir, trazemos um *print* que ilustra como a referida autoridade lida com as questões da/sobre a diversidade de sexualidades, a fim de que seja possível levantarmos algumas hipóteses sobre o que teria motivado a aparente “absolvição” do Papa em “homossexualidade não é crime”.

6 *Fratelli d'Italia*.

7 Sugerimos leitura da notícia em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgdkl42311o>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Imagem 2. Discursivização de declarações da Primeira-Ministra

Desde que chegou ao poder em outubro de 2022, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, tem acentuado o discurso em defesa dos valores familiares tradicionais. “Sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!”, afirmou antes de ser eleita primeira-ministra.

Fonte: <https://observador.pt/2023/03/31/parlamento-europeu-condena-decisao-de-governo-italiano-de-impedir-o-registo-de-filhos-de-casais-homossexuais/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Buscando respaldo na história, encontramos que a união civil entre casais homoafetivos, na Itália, foi aprovada em 11 de maio de 2016 (pela Lei nº 76 – “*Regolamentazione delle unioni civili tra persone dello stesso sesso e disciplina delle convivenze*”⁸). Contrapondo-se à legislação em vigor, a supracitada Primeira Ministra procura revogar a liberação parlamentar do casamento homoafetivo italiano, acionando uma memória mussolinista-fascista que criminalizou a homossexualidade.

O Fascismo de Benito Mussolini (1883 - 1945) pregou o que chamou de ‘higiene moral’ da juventude, particularmente em relação à sexualidade. [...] condenou a pornografia, a maioria das formas de controle da natalidade, homossexualidade e prostituição como um comportamento sexual desviante (Antunes, 2016, p. 73).

Consideramos essas referências necessárias, pois o discurso só pode ser compreendido a partir das contradições sociais e do modo com que cada sujeito lida com as determinações que lhe são impostas nas/pelas condições de produção. Então, quando confrontamos as discursividades: “homossexualidade não é crime” (Papa Francisco – chefe do Estado do Vaticano) x “sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!” (Giorgia Meloni – Primeira Ministra da Itália), constatamos diferentes posições-sujeito, constituídas a partir de formações ideológicas e discursivas conflitantes que, pela intenção de persuasão, realçam os diferentes modos como esses sujeitos se empenham para intervir no funcionamento da sua realidade.

⁸ Tradução: “Regulamentação de uniões civis entre pessoas do mesmo sexo e disciplina de convivências”. Para mais detalhes, sugerimos leitura da notícia em: <https://www.cidadaniaitaliana1948.com/cidadania-italiana-por-casamento-homoafetivo-como-funciona/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Através da AD, de acordo com Pêcheux (2014, p. 164), aprendemos que a noção de formação discursiva diz respeito àquilo “que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Eis aí uma possibilidade de interpretação proposta por Lukács (1978) a respeito do modo como esses sujeitos estão interagindo socialmente, atualizando sentidos, ou tentando impedir essa atualização.

Notemos que ao criticar as leis que criminalizam a homossexualidade declarando: “homossexualidade não é crime”, o Papa Francisco assume a posição-sujeito do discurso progressista que, em vários países, no âmbito da legislação, descriminaliza a homossexualidade. Essa posição contrapõe-se frontalmente à posição da Primeira-Ministra, ao assumir a “defesa dos valores familiares tradicionais”, tornando-se porta-voz do discurso conservador de uma família patriarcal e binária que retoma a memória fascista-mussolinista que “declarou a homossexualidade como uma doença social” (Antunes, 2016, p. 73).

Vale lembrar que o Sumo-Pontífice exerce, ao mesmo tempo, a função de Chefe de Estado do Vaticano e Chefe da Igreja Católica. Doravante, nossa tarefa é analisar a posição assumida pelo Papa nas materialidades a seguir.

Imagem 3. Homossexualidade para o Papa Francisco

Francisco citou o Catecismo da Igreja Católica ao dizer que os gays devem ser bem-vindos e respeitados, e não devem ser marginalizados ou discriminados.

“Somos todos filhos de Deus, e Deus nos ama como somos e pela força que cada um de nós luta pela nossa dignidade”, disse Francisco, falando à AP no hotel do Vaticano onde mora.

Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghml>. Acesso em: 20 out. 2023

Citar o catecismo é acionar um conjunto de ensinamentos da doutrina cristã católica. O que há no Catecismo com relação a essa temática? Dentre as inúmeras prescrições, interessa-nos, especificamente, o Artigo 6, capítulo 2,

intitulado: “Castidade e Homossexualidade”. Vejamos o que consta no *site* oficial do Vaticano⁹:

Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves a Tradição sempre declarou que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, serem aprovados [...]. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição¹⁰ (Vaticano, 1992¹¹).

O que fez/faz Francisco diante de tal intransigência? Declara que “somos todos filhos de Deus, e Deus nos ama como somos” o que, por meio dessa via de significação, damos a ver que “as pessoas LGBT também são Igreja, na medida em que todos são povo de Deus” (Fachin, 2015, p. 78). No entanto, explicitamente, o Santo Padre não assume uma posição contrária à doutrina vigente da Igreja Católica; assume o lugar de porta-voz do discurso divino – o discurso da misericórdia – “Deus nos ama como somos e pela força como cada um luta por sua dignidade”. Ou seja, como Deus é misericordioso, ele ama também os que necessitam de sua misericórdia – os pecadores (homossexuais).

Vamos seguir com a cronologia: durante os meses finais de 2022, aquela que goza de exclusivas prerrogativas institucionais de “fazer falar” a voz do Parlamento Italiano, retoma (relembra), por meio do (seu) discurso, “sim às famílias naturais, não ao ‘lobby’ LGBT!”, alguns dos sentidos da/sobre a homossexualidade, que foram convidados pela Lei nº 76 a adormecerem na memória. Estamos vendo aí uma espécie de alarido do real da história (ilustrado na Imagem 2), manifestando o funcionamento da noção de paráfrase que “representa o retorno aos mesmos espaços do dizer” (Orlandi, 2020, p. 34). Aprofundando mais, a história narra que:

9 Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html. Acesso em: 28 nov. 2023.

10 Precisamos sinalizar para o leitor que não integra os objetivos do presente estudo analisar as minúcias do funcionamento discursivo do Catecismo católico. Inserimos aqui tais recortes, dadas as limitações desta escrita, para fins exclusivos de ilustração.

11 A fonte consultada não é paginada.

Mussolini, em 1944, deportou centenas de homossexuais para Ilha de Tremite, Mar Adriático, costa leste italiana. Nenhuma lei proibia a homossexualidade na época. Porém Mussolini negou sua existência, dizendo que, na Itália, havia apenas homens de verdade. Suspeita-se que homossexuais foram presos e deportados. As condições na ilha foram muito difíceis, e alguns morreram. Essa ilha teve a distinção de ser o único campo de confinamento em que a maioria dos prisioneiros eram homossexuais (Antunes, 2016, p. 73).

Zandwais (2016) nos ensina que uma pesquisa de base marxista/materialista precisa trabalhar o discurso como resultado do que é praticado por sujeitos sociais e históricos; então, o fato é que o fascismo mussolinista perseguiu e deportou homossexuais. Essa atenção dedicada ao que germina da realidade, para que se tente explicar a própria realidade, nos leva a compreender que nos processos de formulação e circulação dos discursos “existem fatores envolvidos nas chamadas relações de sentido. Tais relações indicam que, para que um discurso faça sentido, necessariamente precisa apontar e estabelecer elos com outros discursos que o antecedem” (Oliveira, 2022, p. 43).

Retomando o que nos diz a Imagem 1, observa-se que as condições de produção em sentido estrito nos levam a observar que, em 24 de janeiro de 2023, o Papa Francisco, chefe de Estado do Vaticano, absolve o sujeito homoafetivo de um eventual delito: a “homossexualidade não é crime”. Porém, em relação às atribuições de um Papa, chefe da Igreja Católica, a posição-sujeito assumida produz discursividades sobre a homossexualidade que se opõem a “homossexualidade não é crime”. Em nossa interpretação, passaremos a afirmar, apoiando-nos nos pressupostos luckásianos sobre a teleologia secundária (Costa, 2006), que o Papa Francisco, um ser social, participa ativamente da sua realidade, utilizando o seu discurso como um recurso para (tentar) influenciar outras pessoas (os católicos e/ou filiados ao discurso religioso cristão) a deixarem de criminalizar a homossexualidade.

Refletindo que “na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação” (Orlandi, 2020, p. 34), podemos observar em “homossexualidade não é crime” sinais de um tipo de enfrentamento aos efeitos de uma complexa processualidade histórica que, de forma renitente e cíclica, empurra/deporta o sujeito homossexual para o lugar de criminoso-culpado. A polissemia, sendo uma fissura na discursividade por onde penetra o sentido novo está, nessas circunstâncias, constituindo no discurso do Santo Padre uma função social de conscientização que pretere a excludente monossemia do “sim às famílias

naturais” e oferece à sociedade a hipótese de que “Deus ama todos os seus filhos assim como eles são”.

Vimos que as análises das condições de produção de um discurso em sentido amplo precisam, de acordo com Florêncio *et al.* (2009), questionar as cargas sócio-histórico-ideológicas que estão ali funcionando. Logo, os sentidos dispostos na Imagem 3 parecem flertar com espaços do dizer que remontam (trazem de volta) as memórias fascistas-mussolinistas que apreendemos por meio de Antunes (2016). Essa memória, que é discursiva, funciona por meio de um cadente movimento de ir (passado) e vir (presente) que afeta a constituição dos discursos que circulam livremente na/pela sociedade.

Percebemos, então, que reunir esforços para agir sobre uma realidade com vistas a transformá-la não garante o aparecimento de resultados puramente exitosos. Mesmo considerando a posição de um sujeito que habita, ao mesmo tempo, a posição de Chefe do Vaticano e Chefe da Igreja Católica e que produz a discursividade: “leis que criminalizam a homossexualidade [são] injustas”, não logrou, até o momento¹², registros oficiais de países que tenham acolhido essa (nova) discursividade (re)produzida por Francisco, retificando documentos oficiais.

Essa não-atualização da jurisdição de alguns países que parecem não dar ouvidos aos enunciados papais nos dá notícias de um delicado fenômeno que tem acontecido no interior do Vaticano. Para que o leitor nos entenda, é crucial identificar que, na especificidade do que estamos pesquisando, esse trabalho de investigar o funcionamento dos discursos significa “colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (Orlandi, 2020, p. 8).

No caso da Igreja Católica, essa memória institucional funciona de modo permanente e estável porque tem como amparo (validação) aquilo que está na sua base, regulando o seu funcionamento institucional: as doutrinas; os dogmas; o Catecismo, a Bíblia, etc. Não adentraremos em tal discussão para respeitar o foco analítico a que nos propomos neste estudo. Contudo, entendemos o Catecismo citado anteriormente, como uma “memória de arquivo, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da ‘literalidade’, [...] sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental” (Orlandi, 2013, p. 4, grifo da autora).

¹² Finalizamos a escrita do presente estudo em maio de 2024.

Nesses termos, o que estamos dizendo é que esse Sumo-Pontífice (ainda) não reúne condições suficientes para instalar na Igreja Católica procedimentos oficiais de reelaboração dos inúmeros dogmas/doutrinas vigentes. No entanto, naquilo que lhe é possível, atua na (tentativa de) transformação da sua realidade. A esse respeito, vejamos o que nos mostram teólogos progressistas, em entrevista concedida à revista IHU.

Por meio de palavras e ações, Francisco tem demonstrado uma inclusão e aceitação muito maior de membros da comunidade LGBT. De sua declaração sobre fiéis *gays* (“quem sou eu para julgar...”) às suas reuniões e acolhidas com um homem trans, suas declarações e ações indicam uma Igreja inclusiva que acolhe todas as pessoas, especialmente aquelas que foram marginalizadas. Estes gestos fornecem uma perspectiva positiva e bem-vinda que pode transformar as perspectivas de muitos dentro da comunidade LGBT [...] (Todd; Michael, 2015, p. 65).

Pois bem, sob semelhante via de significação que se inclina à absolvição do sujeito homossexual, “não é crime”, podemos notar, com base na citação anterior, a existência de, em “quem sou eu para julgar”, indicativos que, acionando o discurso da misericórdia, funcionam como atenuantes dentro de um veredito não realizado por Francisco: “quem sou eu [um sujeito também pecador] para julgar [outros sujeitos criminosos e/ou culpados]?”. Essa nossa hipótese se constrói considerando também o fragmento, em *print* abaixo, no qual o Papa distingue um crime de um pecado, ressaltando que “também é pecado faltar à caridade uns com os outros”.

Imagem 4. Reprodução do sentido da/sobre a homossexualidade em respostas papais

“Ser homossexual não é crime”, disse ele.
“Não é crime. Sim, mas é pecado. Tudo bem,
mas primeiro vamos distinguir entre um
pecado e um crime.”

“Também é pecado faltar à caridade uns com os outros”, acrescentou.

Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/01/25/papa-francisco-homossexualidade-nao-e-crime.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Através da observação da Imagem 4, vemos que o Papa Francisco parece minimizar até mesmo a questão da homossexualidade como um pecado, no sentido de que faltar à caridade – ou seja, não amar o próximo como a si mesmo – também é um pecado. Portanto, um possível efeito de sentido aí produzido é o seguinte: “não critiquem os homossexuais pela prática da homossexualidade [o pecado deles], se vocês não estão amando o próximo [o pecado de vocês]”. Remetemos aqui outra citação bíblica – tomando-a como um exemplo material da memória institucional católica – que diz: “aquele que não tiver pecado, que atire a primeira pedra¹³”, pois nos parece que na declaração papal (da Imagem 4) existem gestos mais de aproximação da comunidade LGBTQ+ do que de crítica e/ou julgamento.

Percebemos em “mas é pecado” uma comedida posição do Papa em não se desvencilhar completamente dos sentidos reproduzidos no/pelo Catecismo: “não é crime. Sim, mas é pecado”. Nesse caso, a escolha do conector “mas” demarca uma posição-sujeito contrária à anterior: “ser homossexual não é crime”. Então, ser homossexual “é pecado” é a posição assumida pelo chefe da Igreja Católica e vislumbramos aí uma relutância, que poderíamos chamar também de oscilação entre diferentes posições-sujeito: uma que descriminaliza aquele/a que é homossexual: “não é crime”; e outra que, como representante maior da ideologia religiosa cristã católica, é compelida pelo discurso doutrinário vigente a emprestar a sua voz à monossemia afirmando que a homossexualidade “é pecado”.

Seguindo, o Sumo-Pontífice afirma: “tudo bem, mas primeiro vamos distinguir entre um crime e um pecado [...]. Também é pecado faltar à caridade uns com os outros”. O que é faltar à caridade? Qual a amplitude desse ato? Estamos diante de um conceito amplo que vai desde uma brincadeira de mal gosto a uma calúnia que pode “matar” moralmente uma pessoa, desmoralizando-a. Faltar à caridade, pois, além de pecado, é também crime. Com isso não estamos negando avanços (embora tímidos) da Igreja Católica com relação às pessoas LGBTQ+.

O Papa Francisco tem dado passos nessa direção. Entretanto, é necessário fazer mudanças na doutrina da Igreja porque enquanto isso não ocorrer, os sujeitos homoafetivos continuarão sendo considerados cidadãos de segunda classe, desrespeitados pela Igreja institucional.

13 Bíblia. Evangelho segundo São João. In: **Bíblia Sagrada**: mensagem de Deus. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

| Considerações finais

A partir desse ponto, o que faremos é, realçando o tema, a teoria e o *corpus* que escolhemos, bem como atentando aos efeitos da relação indissociável entre o sujeito, a história e a ideologia, tentar esboçar um efeito de fechamento que respeite as expectativas do leitor, os requisitos metodológicos para escrita de um artigo, e também nos permita desdobramentos em estudos futuros.

Comprometemo-nos em levantar hipóteses para duas questões: 1 – como o sentido de homossexualidade está sendo reproduzido no/pelo discurso do Papa Francisco? Vamos por partes: aprendemos que a história e a ideologia constituem tanto os sentidos como os sujeitos que (re)produzem, discursivamente, tais sentidos. No específico caso da homossexualidade, percebemos a existência de duas poderosas esferas que, de forma renitente, afetam os modos sociais de discursivização desse sentido e alimentam, sem inibição, movimentos de perseguições e condenações aos “filhos de Deus” não padronizados pelo esquema da Sagrada Família.

Alguns aspectos político-históricos italianos nos deram a ver a existência de atuais filiações partidárias de extrema-direita que, além de receberem muitos votos (essa massiva adesão nos causou curiosidade), imortalizam memórias fascistas-mussolinistas que contribuem para a (re)produção de um sentido perverso e “fazem esquecer” que todos são (ou pelo menos deveriam ser) iguais perante a Lei. Do outro lado, pela esfera religiosa, alguns documentos oficiais católicos (o Catecismo) continuam discursivizando a homossexualidade por meio de escolhas lexicais como “intrinsecamente desordenada” e “depravação grave” que colocam o discurso religioso cristão católico à disposição da discriminação.

Através de nossa escrita, tentamos movimentar um exercício de questionar/criticar tanto a gênese dos discursos que têm circulado na contemporaneidade, como também as tomadas de posição dos sujeitos que formulam e/ou atualizam esses discursos dando-lhes sustentação. A Francisco atribuímos o mérito de conduzir um pontificado peculiar diante da (sua) própria doutrina, por entendermos, como nos casos por nós destacados, que se trata de um Papa “fora da curva” desde sua nomeação, em uma conjuntura de estrangulamento da cristandade católica no que tange a sua intervenção política no mundo ocidentalizado, ponto de viragem na correlação de forças religiosas e políticas planetárias.

Contudo, sendo inviável, como vimos, se desvencilhar dos efeitos do real, parece-nos que o Papa Francisco reproduz o sentido da/sobre a homossexualidade

com uma importante prudência. Não o faz a partir de (desejosos) ineditismos que amparariam, no/pelo discurso documental cristão católico, o sujeito homossexual, mas, pela via da conciliação. Sutilmente, se inclina a lançar luzes a algo que, mesmo sendo óbvio, é (quase sempre) silenciado: ser homossexual não é crime. Por fim, acreditamos que o Papa Francisco discursiviza o sujeito homossexual e a homossexualidade (pergunta 2), a partir de um modo que, sob restritas condições de produção, (ainda) não consegue instalar mudanças na base do discurso religioso católico, mas, pelo menos, coloca no horizonte algumas perspectivas de avanço.

| Referências

ANDRADE, G. B. de. **“Com jeitinho”, uma análise retórica do discurso do Papa Francisco e seu multiethos**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, 2018.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BÍBLIA. Evangelho segundo São João. *In*: **Bíblia Sagrada: mensagem de Deus**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

CATECISMO da Igreja Católica. **Vaticano**, 1992. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html. Acesso em: 28 nov. 2023.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O.; MACHADO, F. D. A ideologia em Lukács: contribuições para os estudos do discurso. *In*: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (org.). **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos**. Maceió: EDUFAL, 2017.

CHASIN, J. **Crítica ao Liberalismo**. Maceió, 1999. Mímeo.

COSTA, G. M. da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar, v. 9, n. 9, 2006.

FACHIN, P. Avanços simpáticos, mas não suficientes. **IHU em Revista**, São Leopoldo, 2015.

FLORÊNCIO, A. M. G. **A voz do poder no jogo dos sentidos: um estudo sobre a escola**. Maceió: EDUFAL, 2007.

- FLORÊNCIO, A. M. G. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e prática.** Maceió: EDUFAL, 2009.
- HAROCHE, C. *et al.* La semantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. **Langage**, Paris: Didier/Larousse, n. 24, 1971.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- LUKÁCS, G. **O Trabalho.** Tradução Ivo Tonet. Maceió, 1997.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAGALHÃES, B.; SOBRINHO, H. F. S. Materialidades discursivas e o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. **Gragoatá**, Niterói, v. 18, n. 34, 2013.
- MAGALHÃES, B.; MORAES, A. Sujeito: trabalho, linguagem e discurso. *In*: CAVALCANTE, M. do S. A. de O. (org.) **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos.** Maceió: EDUFAL, 2017.
- MAGALHÃES, B. **Materialismo Histórico, Dialético e Discurso - BELMIRA MAGALHÃES (UFAL).** [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal ENCIDIS – UFF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pl6dpFWiLgQ>. Acesso em: 17 out. 2023.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MASSMANN, D. *et al.* Ativismo de gênero: discursos de/sobre a mulher no “feminejo”. **Leitura**, Maceió, n. 69, dossiê especial “Discurso, Gênero, Resistência”, p. 343-355, maio/ago. 2021.
- MATA, J. S. F. As eleições de 2022, na Itália: prelúdio e um percurso para a extrema-direita europeia? **Polis**, Lisboa, v. 2, n. 6, p. 211-215, 2022.
- OLIVEIRA, D. S. **O discurso do Papa Francisco: entre redes de memória e processos de atualização de sentidos.** 2022. Dissertação (Mestrado em Linguística e Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. *In*: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas: Editora Pontes, 2020.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethânia Mariani *et al.* 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

SOBRINHO, H. F. da S.; CAVALCANTE, M. do S. A. de O. Das questões fundantes do discurso à instância da política: uma síntese de múltiplas determinações. **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 50, 2012.

SOBRINHO, H. F. da S. O analista de discurso e a práxis sócio-histórica: um gesto de interpretação materialista e dialético. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 12, 2015.

TODD, A. S.; MICHAEL, G. Os ares de um Papa que oxigena a Igreja. **IHU em Revista, São Leopoldo**, 2015.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio** – Revista Online de Educação e Ciências Humanas, n. 12, ano VI, 2010.

ZANDWAIS, A. O sistema da língua, o diálogo e o discurso. **Revista Conexão Letras**, v. 11, n. 16, 2016.

Como citar este trabalho:

OLIVEIRA, Daniel Santos; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Entre a Lei e o Dogma: posições-sujeito do Papa Francisco sobre a homossexualidade. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 151-174, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 26/05/2024 | Aceito em: 08/08/2024.